

DETALHAMENTO DOS SUBPROGRAMAS DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA V

ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL, INTERINSTITUCIONAL E INTRA-INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

- AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SETORIAIS NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.
- COMPATIBILIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE PROJETOS SETORIAIS E INCORPORAÇÃO DE DIRETRIZES DE INTERESSE PARA A GIRH.



BRASÍLIA-DF, OUTUBRO/2007



Componente da Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da GIRH

Programa V: Programa de Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos

O Programa “Programa de Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos” inserido no Componente de Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos é composto por dois subprogramas. O primeiro subprograma “*Avaliação de Impactos Setoriais na Gestão de Recursos Hídricos*” dedica-se a identificar e avaliar os impactos gerados a partir de investimentos, intervenções e ações institucionais empreendidas por setores usuários sobre a Gestão Integrada de Recursos Hídricos. O segundo, “*Compatibilização e Integração de Projetos Setoriais e Incorporação de Diretrizes de Interesse para a GIRH*”, decorrente do primeiro, dedica-se a atuar, de forma pró-ativa, na promoção do mútuo ajuste entre as políticas, programas e projetos setoriais e as diretrizes transversais traçadas pela área de recursos hídricos.

O detalhamento dos subprogramas aqui apresentado tem como referência o conteúdo do Plano Nacional de Recursos Hídricos aprovado pelo CNRH, em janeiro de 2006, e os debates e contribuições oriundas da Oficina: Detalhamento dos Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, realizada em março de 2007, com a participação dos membros das Câmaras Técnicas do CNRH. Como subsídio ao detalhamento desse Programa também foram realizadas consultas a técnicos envolvidos no cotidiano da implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Outro aspecto analisado foi o conjunto de ações desenvolvidas e em curso no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e da Agência Nacional de Águas convergentes com a temática do Programa.

Além do conteúdo do PNRH e da descrição preliminar dos Programas e subprogramas apresentada no Volume IV do PNRH, três outras referências foram fundamentais para o detalhamento dos subprogramas: as macro-diretrizes (Volume III), os elementos para a construção de uma estratégia robusta (Volume II) e o documento “*Estratégias de Implementação do PNRH*”, aprovado por meio da Resolução CNRH nº 67 de dezembro de 2006.

Com relação às macro-diretrizes buscou-se referência no terceiro conjunto de diretrizes do PNRH, que trata das articulações intersectoriais, inter e intra-institucionais do PNRH, particularmente em uma perspectiva geral, voltada à construção de mecanismos de articulação e coordenação de ações em temas com marcado interesse para a gestão dos recursos hídricos que apresentem sobreposição de competências.

Assim sendo, as macro-diretrizes relacionadas ao Programa V são:

- o fortalecimento da dimensão sustentável do desenvolvimento, a partir da gestão da água ou de sua valorização como elemento estruturante para a implementação de políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social;
- o fornecimento de subsídios à definição de linhas temáticas e diretrizes que possam orientar o PPA referente ao próximo período, de 2008-2011;
- o fornecimento de subsídios à definição de estratégias de articulação do SINGREH com os setores usuários e com as instituições públicas que formulam e implementam as políticas de desenvolvimento nacional e regional, bem como no ambiente interno ao MMA;
- a identificação dos vetores que conferem a dinâmica dos problemas regionais que afetam os recursos hídricos - a natureza plena dos problemas de recursos hídricos;
- a definição de uma clara estratégia institucional, notadamente de interlocução do SINGREH com os Estados (SEGRHs), com os principais setores usuários e com as instituições públicas que formulam e implementam as políticas de desenvolvimento nacional e regional, visando garantir a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos como instrumento transversal às demais políticas de desenvolvimento;
- o estabelecimento de uma agenda pró-ativa entre os responsáveis pela condução das políticas públicas, visando sistematizar ações para o estabelecimento concreto das relações entre a política de recursos hídricos e as políticas públicas correlatas;
- a promoção de incentivos para que os vários segmentos de usuários desenvolvam esforços de planejamento que resultem no estabelecimento de diretrizes e na construção de políticas de abrangência nacional para os diversos setores;
- o estímulo à incorporação das ações de planejamento setorial à ótica de uso múltiplo e integrado

desde sua etapa inicial;

- a avaliação das formas de implementação do artigo 52 da Lei nº 9.433/1997.

Os estudos de cenários e os elementos para a construção de uma estratégia robusta também foram assumidos como referência para o detalhamento dos subprogramas, ao tratar da relevância das formas de integração das políticas públicas e do papel do SINGREH nesse contexto. Entre as invariâncias dos cenários, apontadas no Volume II do PNRH, relativas ao campo das atividades econômicas e sociais são destacados o comportamento dos principais setores usuários da água e no campo das políticas públicas, além do fortalecimento do SINGREH tratado no Programa II e III, destaca-se a necessidade de efetiva articulação governamental e participação social para a administração dos conflitos pelo uso da água.

O Programa V cumpre um papel importante no contexto da *Estratégia de Implementação do PNRH*, visto que propõe dois subprogramas e um conjunto de ações que materializam um dos eixos dessa estratégia, no que se refere à articulação entre as políticas públicas.

Os dois subprogramas que compõem o Programa V estão encadeados e serão implementados em estreita articulação, tendo em vista que o conjunto das ações do subprograma V.1 subsidia as ações a serem desencadeadas no âmbito do subprograma V.2. O Programa V articular-se-á também com a implementação dos subprogramas I.2 e I.4, para os estudos prospectivos e as análises regionalizadas, com o subprograma II.4, no que tange à identificação de oportunidades de sinergia entre os recursos a serem aportados por políticas setoriais, tendo em vista a sustentabilidade financeira do SINGREH, e com o Programa VI tendo em vista a temática e a natureza das ações a serem empreendidas por ambos.

Componente da Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da GIRH

Programa V: Programa de Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma V.1: Avaliação de Impactos Setoriais na Gestão de Recursos Hídricos

1. Introdução

O detalhamento operacional desse subprograma V.1 agrega ações programáticas, contemplando:

- a identificação dos principais programas, projetos e investimentos de setores que afetam a gestão das águas, em termos de seus propósitos e impactos potenciais, para fins de coordenação, eliminação de duplicidades, convergência de objetivos e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH. Para o setor de saneamento básico, dois planos de trabalho devem ser contemplados: na esfera federal e nas ações estaduais;
- proposição de formas de incentivar os diversos setores usuários ao planejamento de suas políticas e possíveis intervenções, explicitando eventuais impactos, incongruências ou, de modo positivo, as sinergias potenciais com os demais setores, em particular com os recursos hídricos.

Dados os recortes dos horizontes temporais do PNRH – 2007, 2011, 2015 e 2020, emergencial, curto, médio e longo prazos, respectivamente, foi adotado o horizonte de curto prazo (até 2011) como referência para um maior detalhamento e, para os outros horizontes, são indicadas orientações para detalhamentos futuros, que serão materializadas em cadernos quadrienais, tendo como referência os resultados parciais da implementação do Plano.

2. Contexto e justificativas

A água constitui-se em elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais e, nesse aspecto, a identificação e avaliação de impactos setoriais sobre a gestão integrada de recursos hídricos concorre principalmente para o alcance do objetivo de redução dos conflitos reais e potenciais pelo uso da água, favorecendo o desenvolvimento setorial.

Cerca de 95% dos investimentos que afetam direta ou indiretamente os recursos hídricos são empreendidos por setores usuários, restando apenas 5% a cargo do Ministério do Meio Ambiente e entidades vinculadas, com responsabilidade institucional sobre a gestão das águas, como a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos (SRHU), o que justifica a necessidade de avaliação de impactos setoriais sobre a gestão integrada dos recursos hídricos.

3. Conceitos e diretrizes

A implementação do presente subprograma de Avaliação de Impactos Setoriais na Gestão de Recursos Hídricos tem como referência a consideração do uso múltiplo das águas e da gestão integrada dos recursos hídricos.

Relacionados à temática abordada nesse subprograma e, tendo em conta os cenários sobre os recursos hídricos no Brasil para 2020, incluem-se entre as incertezas críticas o comportamento das principais atividades econômicas do País, a matriz energética e o saneamento ambiental.

Ademais, o Cenário *Água Para Todos* destaca que o relativo equilíbrio entre o aumento das atividades econômicas e a redução dos impactos sobre os recursos hídricos ocorrerá em função da adoção de novas práticas produtivas e novas tecnologias, concomitantes com a implantação de uma gestão de recursos hídricos operativa.

Dentre as invariâncias discriminadas nos elementos para a construção de uma estratégia robusta, incluem-se o crescimento dos problemas de saneamento ambiental; a expansão das atividades rurais, particularmente da irrigação; e a continuidade da implementação de hidrelétricas, em qualquer cenário. A compreensão dos vetores de expansão dessas atividades, em estreita articulação com subprograma I.2, e os diferentes graus de incidência nas unidades de planejamento de gestão definidas no âmbito do subprograma I.4 serão fundamentais para a implantação desse subprograma de Avaliação de Impactos Setoriais na Gestão de Recursos Hídricos.

4. Objetivo geral e objetivos específico

O **objetivo geral** do subprograma V.I é identificar e avaliar inter-relações dos impactos gerados a partir de

investimentos, intervenções e, mesmo, de ações institucionais empreendidas por setores usuários sobre a GIRH.

Os **objetivos específicos** que orientam a estrutura do subprograma são os seguintes:

- a) identificar e avaliar impactos gerados por políticas, planos, programas – inclusive PPA – e projetos setoriais sobre a GIRH, em âmbito federal, estadual e municipal;
- b) identificar e avaliar impactos de arranjos institucionais e da dinâmica gerencial de setores usuários e das relações inter e intra-institucionais, sobre a GIRH;
- c) identificar e avaliar as sinergias e potencial de apoio de áreas protegidas, terras indígenas e de comunidades tradicionais às atividades dos setores usuários de recursos hídricos e dos setores que afetam a disponibilidade da água;
- d) identificar e avaliar as interferências de áreas protegidas, terras indígenas e de comunidades tradicionais sobre as atividades dos setores usuários de recursos hídricos, e no sentido inverso, desses sobre as áreas protegidas, terras indígenas e comunidades tradicionais.

5. Descrição e ações previstas

O subprograma V.I, referente à Avaliação de Impactos Setoriais na Gestão de Recursos Hídricos está estruturado visando ao alcance dos objetivos pretendidos e tem como base os conceitos e as diretrizes anteriormente estabelecidos.

Refere-se à identificação de programas, projetos e dos investimentos de setores que afetam a gestão das águas, em termos de seus propósitos e impactos potenciais, para fins de coordenação, eliminação de duplicidades, convergência de objetivos e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH.

O subprograma apresenta um vetor de atuação que deve incentivar os diversos setores usuários ao planejamento de suas políticas e possíveis intervenções, de modo a explicitar eventuais impactos, incongruências ou, de modo positivo, as sinergias potenciais com os demais setores, em particular, com os recursos hídricos. Conforme colocado anteriormente foi adotado para o presente documento o horizonte de curto prazo do PNRH (até 2011) como referência para um maior detalhamento das ações programáticas. Para os outros horizontes, de médio e longo prazos (2015 e 2020) são indicadas orientações para detalhamentos futuros, a serem materializadas nos cadernos quadrienais.

O subprograma está estruturado em duas partes principais, descritas em seguida, representando esses horizontes de planejamento.

No que tange à inter-relação desse subprograma com os demais que integram o PNRH, ressalta-se a necessidade de articulação com os subprogramas I.2, I.4, III.1, III.8, V.2 e todos os subprogramas dos programas IV e VI.

5.1 Ações de curto prazo (até 2011)

I. Identificação e Avaliação das Interfaces entre as Políticas Públicas Setoriais e dessas com a Política Nacional de Recursos Hídricos

Essa ação pressupõe, pelo menos, o desenvolvimento das seguintes atividades:

- a) levantamento e análise das políticas dos setores usuários dos recursos hídricos, tais como energia, saneamento, mineração, pecuária, agricultura irrigada, indústria, transporte, aquicultura e pesca, turismo, atividades extrativistas e outras julgadas relevantes. Sempre que possível, as informações levantadas deverão compor base de dados específica;
- b) análise comparativa com a Política de Recursos Hídricos e dos setores entre si, identificando eventuais impactos, incongruências, bem como sinergias já existentes e potenciais, especialmente no que tange a diretrizes, fundamentos, objetivos e instrumentos. Os resultados deverão ser sistematizados em uma matriz;
- c) elaboração de relatório contendo o resultado das análises das interfaces entre as políticas setoriais e dessas com a Política Nacional de Recursos Hídricos, no que tange aos aspectos especificados.

II. Identificação e avaliação da estrutura organizacional e gerencial dos setores usuários de recursos hídricos, bem como dos respectivos canais de efetiva interlocução, e de suas repercussões sobre os demais setores e sobre a gestão integrada de recursos hídricos

Para a realização dessa ação, no mínimo as seguintes atividades serão desenvolvidas:

a) elaboração de uma análise institucional contemplando a estrutura organizacional e gerencial vigente para implementar as políticas públicas setoriais dos usuários de recursos hídricos, incluindo as instâncias consultivas e deliberativas, órgãos, entidades, conselhos, comitês, entre outros organismos de relevância para implementação das diversas políticas setoriais;

b) análise comparativa com a Política de Recursos Hídricos e dos setores entre si, identificando conflitos, alianças e estratégias, bem como suas repercussões sobre a gestão integrada de recursos hídricos, especialmente no que tange à atuação e competência das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas setoriais e de recursos hídricos. Os resultados dessa análise serão consolidados em uma matriz institucional;

c) elaboração de relatório contendo o resultado da análise institucional realizada, identificando os respectivos canais de efetiva interlocução, as repercussões sobre cada setor e sobre a gestão integrada de recursos hídricos.

III. Identificação e avaliação da internalização dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos pelos setores usuários

O escopo dessa ação envolve, no mínimo, o desenvolvimento das seguintes atividades:

a) conhecimento das dinâmicas utilizadas para implementação das políticas setoriais, tendo como referência a análise institucional expressa no item anterior;

b) realização de pesquisas junto aos setores usuários, visando identificar a efetiva internalização dos instrumentos da política de recursos hídricos nas atividades dos diversos setores e dos impactos advindos da sua implementação;

c) proposição de formas de incentivar os diversos setores usuários ao planejamento de suas políticas e intervenções, considerando os usos múltiplos, a gestão integrada dos recursos hídricos e os instrumentos da política de recursos hídricos, para além dos instrumentos de comando e controle;

d) elaboração de relatório que consolide a análise efetuada sobre a internalização dos instrumentos da política de recursos hídricos pelos diversos setores, bem como as propostas efetuadas.

IV. Identificação e avaliação das interfaces entre os planos setoriais, de ordenamento do Território, de desenvolvimento econômico e social, e desses com a Política Nacional de Recursos Hídricos, incluindo os constantes do PPA e do PAC

Essa ação deverá ser realizada por meio do desenvolvimento de estudos relativos aos planos de curto, médio e longo prazos do setor elétrico, ao Plano Nacional de Turismo, ao Plano Amazônia Sustentável, ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, ao Plano Nacional de Logística de Transporte, bem como aos planos de saneamento e de irrigação. Além desses, incluem-se no escopo dessa ação a análise do Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no PPA 2008-2011, os planos nacionais, regionais, estaduais e municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social, dentre outros julgados necessários. Para tanto, propõe-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

a) Levantamento dos planos, programas e projetos

No âmbito público, o primeiro passo será identificar os Programas e Projetos das três esferas de Governo (federal, estadual e municipal) que impactam positivamente e/ou negativamente a gestão das águas, as linhas de fomento dos bancos públicos e dos Organismos Internacionais, bem como os respectivos planejamentos setoriais.

Na órbita privada será mais difícil proceder a identificação das diversas linhas de investimento. Uma das formas consiste em identificar as linhas de financiamento setorial, também conforme previsto no subprograma II.4, mas existem outros mecanismos que podem fornecer informações indiretas sobre as áreas prioritárias de investimento, ou mesmo de expansão. Tais informações são originárias do PIB e das Secretarias Estaduais de Fazenda, via mensuração do ICMS arrecadado do setor usuário.

Apresenta-se um levantamento e análise preliminar de alguns programas setoriais, a ser devidamente complementado no decorrer da implantação do subprograma em articulação com as ações desenvolvidas no âmbito do subprograma I.2, bem como indicações de fontes de consulta:

- Energia

O Ministério de Minas e Energia (MME) é responsável pela função de planejar as ações do setor, realizado, principalmente, por intermédio de suas vinculadas, como a Empresa de Planejamento Energético – EPE. Nesse sentido o MME desenvolveu mais um dos seus documentos de planejamento setorial, no caso, o Plano Decenal de Expansão de Energia para os anos de 2007/2016. Esse documento orienta as ações e decisões governamentais e, conseqüentemente, de investimento do setor. Apresenta os cenários de expansão da geração, transmissão, demanda e oferta de energia no Brasil.

Conforme consta neste documento, existem 638 usinas hidroelétricas no Brasil, representando 71% (setenta e um por cento) do total de energia produzida. Estão disponíveis as informações sobre o inventário hidroelétrico e também os estudos de viabilidade das novas usinas. Nesse sentido, observa-se a existência de informações disponíveis sobre a expansão do setor, no próprio MME, bem como sobre as áreas prioritárias para a expansão.

Ademais, a Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano desenvolveu, quando da fase de elaboração do PNRH, o caderno setorial de energia elétrica, que apresenta um estudo das relações entre recursos hídricos e geração de energia elétrica. Esses são alguns dos principais documentos e fontes de informações sobre os programas de investimento no setor, por determinarem a demanda e as principais áreas de expansão de geração hidroelétrica no Brasil.

- Saneamento Ambiental – âmbito Federal

O modelo institucional do Saneamento Ambiental adotado no Brasil é complexo devido a questão da titularidade sobre o serviço público. Em janeiro deste ano, o Governo Federal promulgou a Lei 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

Essa legislação é referência para as ações federais referente ao saneamento, mas não são obrigatórias para os Estados. Entretanto, para acesso aos recursos federais, é necessária a vinculação com as diretrizes, metas e objetivos da Lei.

Atualmente, qualquer ente público (estadual, municipal, distrital, ou entidades privadas sem fins lucrativos) que execute ações de saneamento básico, somente terá acesso a recursos públicos do Orçamento Geral da União – OGU/2007 e dos Programas e Ações sob a responsabilidade do Ministério das Cidades - MCidades, inclusive do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, por intermédio do processo geral de contratação de projetos coordenado pelo próprio MCidades.

Os programas, projetos e investimentos executados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, também são coordenados pelo MCidades, por intermédio da Secretária de Saneamento Ambiental.

Ressalta-se que o Ministério da Integração Nacional - MI, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e Parnaíba - CODEVASF, e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA também executam algumas atribuições de saneamento ambiental, porém, com focos específicos. Portanto, faz-se necessária a sua inclusão na análise dos programas e projetos com interfaces na temática de recursos hídricos.

- Saneamento Ambiental – âmbito Estadual

No âmbito Estadual a forma de acompanhar os programas, projetos e investimentos em saneamento ambiental também é uma questão complexa devido ao grande número de municípios autônomos e de estados federados, cada qual com programas próprios e prioridades distintas. Será necessário desenvolver uma proposta metodológica de interação com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SNIS, que desenvolve, desde 1995, cadastro nacional sobre os serviços de água e esgoto, e, a partir de 2002, incluiu informações sobre resíduos sólidos.

Além disso, para identificar as ações realizadas pelos Estados e Municípios, é necessário verificar os programas e a liberação de recursos no âmbito federal vinculados ao MCidades, pois se constitui na principal fonte de recursos para o setor. Cabe, ainda, identificar e monitorar os programas e projetos vinculados aos Órgãos de Fomento Internacionais (Banco Mundial e BID, por exemplo). Para tanto, é necessário realizar um levantamento junto aos próprios organismos, ou pela Secretaria de

Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SEAIN/MPOG), que divulga em seu sítio eletrônico a relação de projetos contratados, em preparação ou em contratação, pelos três entes federados ou órgãos vinculados.

Por fim, vale estabelecer um cadastro das informações disponíveis nos Programas Plurianuais de Investimento dos Estados – PPA's, visando o conhecimento das ações estaduais, via Companhias Estaduais de Saneamento.

- Agropecuário

A dinâmica do setor agropecuário no Brasil é composta tanto por fatores de fomento governamental federal, estadual e também municipal, quanto por indução de mecanismos próprios de mercado e por fatores sociológicos e culturais. Essa diversidade de características se constitui em um importante desafio na identificação de programas, projetos e investimentos setoriais.

Assim, para identificar a incidência de planos e programas setoriais, cabe uma análise dos Planos Plurianuais de Investimentos – PPA, tanto na esfera federal, quanto nos Estados. Pesquisas nos sítios eletrônicos dos Governos será uma frutífera atividade, uma vez que uma parcela expressiva dos programas estaduais está disponível nos endereços eletrônicos das próprias secretarias de estado da agricultura e pecuária.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA é uma outra importante fonte de informações, pois contém todos os programas federais, inclusive os financiados pelo Banco do Brasil e por Transferência Voluntária Direta do Ministério para os Municípios e Estados.

Além dos programas federais voltados para agropecuária, também estão disponíveis os diversos planos que induzem a execução de investimentos no setor, pois são balizadores de safra, de garantias de preço mínimo, de expansão ou uso dos estoques reguladores, ou seja, delinham as ações e as perspectivas para o setor.

Ainda existem informações no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que coordena as ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o qual fomenta uma parcela expressiva da agricultura familiar do Brasil.

No que tange aos investimentos privados, a principal forma de identificar as suas ações consiste em acompanhar a expansão agropecuária por município, por intermédio dos dados da Confederação Nacional da Agricultura – CNA e do próprio IBGE.

No caso específico da irrigação, vale destacar que o Plano Nacional de Irrigação encontra-se em fase de discussão pelo governo federal. Tal Plano estabelecerá as diretrizes, metas e perspectivas para o setor e tem como objetivo induzir as práticas sustentáveis de irrigação, bem como fomentar a sua expansão pelo Brasil, em busca do aumento de produção e produtividade no setor.

Nesse sentido, é importante destacar duas regiões do Brasil onde existem perspectivas de expansão de formas mais expressivas. Primeiro a região sul do País, especialmente o Rio Grande do Sul, com a rizicultura. Em seguida a região nordeste, pela adoção de regiões de irrigação com investimentos vultuosos como a própria Transposição do Rio São Francisco.

- Indústria

O setor industrial tem uma dinâmica própria, agindo de forma autônoma. Os programas governamentais são indutores do crescimento, ou mesmo de comportamentos, mas o principal fator indutor do próprio setor é a rentabilidade dos negócios.

Conseqüentemente, a atuação setorial está diretamente vinculada à dinâmica do mercado interno e externo, estando atento às exigências dos próprios consumidores. Um outro fator de indução é a obediência às normas legais que também determinam o comportamento da indústria.

Portanto, a decisão de investimento pelo setor extrapola os programas governamentais. O setor é sensível a programas de fomento, como os incentivos fiscais, (redução de tributos, ampliação, criação de zonas francas, entre outros), ou de indução de investimentos, como ocorre com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que promove linhas de fomento em conformidade aos interesses

macroeconômicos do Brasil.

Assim, é relevante identificar os programas de incentivos fiscais e de financiamento direcionados ao setor e desenvolvidos pelos Bancos de Fomento e pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Planejamento, bem como os programas voltados à promoção da atividade industrial desenvolvidos pelos Governos Estaduais. Essa atividade deverá ser articulada com aquela prevista no subprograma II.4, para identificação das linhas de financiamento e fomento.

Será importante a identificação dos programas e projetos desenvolvidos pelo próprio setor, no caso, pelos seus organismos de representação como a Confederação Nacional da Indústria - CNI e as suas associadas, como as Federações Estaduais e suas agregadas.

Por fim, a dinâmica do setor poderá ser identificada mediante integração com o banco de dados de outorga e as informações disponíveis pelo IBGE referentes ao Produto Interno Bruto dos Municípios, possibilitando, assim, identificar as regiões de expansão e os próprios ramos de atividades dentro da indústria.

- Turismo, navegação e pesca

Estes setores apresentam similaridades em suas dinâmicas de expansão. Os setores de navegação e de pesca são dependentes quase que exclusivamente dos mecanismos de fomento e indução governamental. O setor de turismo é bastante susceptível aos programas governamentais de fomento, mas também apresenta uma dinâmica própria, pois é uma atividade econômica rentável.

O Governo Federal desenvolveu o Plano Nacional de Fomento ao Turismo, com o objetivo de ordenar as atividades e de induzir o seu desenvolvimento. Também foram criados diversos programas de incentivos e de fomento. Entre eles destacam-se os programas de atração de investimentos, de desenvolvimento da infra-estrutura regional, com a indução de "Clusters" regionais.

Nesse mesmo sentido, as Secretarias Estaduais de Fomento ao Turismo também desenvolvem seus programas específicos, que são indutores de investimentos os quais serão mapeados e devidamente cadastrados. Os investimentos privados no setor são difusos, com poucas linhas de financiamento específicas, dificultando a identificação dos investimentos, pois o setor utiliza-se de outras linhas de financiamento para investir.

No que tange aos setores de transporte aquaviário e pesca, o cadastramento dos programas e projetos será realizado a partir da análise dos órgãos públicos responsáveis, tanto na esfera federal quanto estadual. Com relação ao setor do transporte, cabe destacar a recente edição do Plano Nacional de Logística de Transporte.

- b) avaliação das interfaces entre os planos e programas levantados, entre si e com os instrumentos de planejamento definidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos

Essa atividade pressupõe uma análise crítica dos planos e programas levantados, identificando eventuais impactos, incongruências, bem como sinergias já existentes e potenciais. Essa análise será feita tendo como referência os instrumentos de planejamento estabelecidos pela Lei 9.433/97, notadamente o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

- c) elaboração de relatório contendo o resultado da avaliação das interfaces programáticas.

V. Identificação e avaliação das interferências de áreas protegidas, terras indígenas e de comunidades tradicionais sobre as atividades dos setores usuários de recursos hídricos

Para a realização dessa ação propõe-se, no mínimo as seguintes atividades:

- a) levantamento de planos, projetos e programas no âmbito do MMA e de outras instituições, relacionados às áreas legalmente protegidas, terras indígenas e comunidades tradicionais;
- b) identificação e avaliação das atividades dos setores usuários de recursos hídricos sobre as áreas protegidas, terras indígenas e comunidades tradicionais, bem como as possíveis interfaces e sinergias de áreas protegidas, terras indígenas e de comunidades tradicionais sobre as atividades dos setores usuários de recursos hídricos;
- c) elaboração de relatório consolidados dos resultados obtidos com as análises efetuadas.

5.2 Parte 2 – Ações elegíveis no médio e longo prazos (até 2015, 2020)

Para os horizontes temporais de médio e longo prazos (2015 e 2020), as orientações para detalhamentos futuros serão materializadas em cadernos quadrienais, tendo como base os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação do Plano, por ocasião de execução das ações I a V da Parte 1. Assim, são propostas as seguintes ações:

I. Avaliação sistemática e aprimoramento dos mecanismos de efetiva interlocução e articulação entre as políticas (diretrizes, fundamentos, instrumentos técnicos e institucionais), planos e programas, entre si, e em especial com o SINGREH e com a Política Nacional de Recursos Hídricos;

II. Elaboração de relatório executivo, ao final de cada ano de execução do subprograma, que deverá indicar ações mais imediatas, revisões de trajetória e o planejamento do ano subsequente, conforme estabelecido no SIGEOR;

III. Consolidação dos resultados em cadernos quadrienais, indicando os avanços alcançados com a implementação do subprograma, sempre tendo em vista os objetivos definidos, bem como as necessidades de revisões mais profundas.

6. Área de abrangência e beneficiários

A abrangência do sub-programa é nacional e envolve todos os ministérios, secretarias e agências federais com interfaces e investimentos que afetam os recursos hídricos, bem como deve alcançar, na medida do possível, as inversões, planos e programas conduzidos pelos Estados e, mais seletivamente, também pelos Municípios.

Os benefícios serão advindos da supressão de duplicidades e mútuas inconsistências, como também do ganho de sinergia e complementaridade entre setores.

Os beneficiários diretos são os setores usuários dos recursos hídricos e os usuários dos serviços e produtos por eles oferecidos, os setores supervenientes à gestão integrada dos recursos hídricos e o próprio SINGREH.

7. Metas

As metas estão consolidadas no Quadro 1.

8. Indicadores de monitoramento e avaliação

Os indicadores de monitoramento e avaliação constam do Quadro 1.

9. Executores e intervenientes

Área afins do MMA e SRHU como executores, com eventual suporte técnico da ANA.

10. Preços e fontes de recursos

Os preços constam do Quadro 2. As fontes podem ser, dentre outras, as seguintes:

- recursos fiscais previstos nos orçamentos do MMA, SRHU e ANA;
- recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- recursos fiscais explicitamente previstos nos orçamentos de órgãos representativos de setores usuários;
- aportes oriundos de tarifas setoriais de prestação de serviços, destinadas a apoiar ações e atividades do Plano;
- recursos a serem captados mediante operações junto a organismos multilaterais de crédito;
- linhas de financiamento a serem estabelecidas junto a órgãos governamentais de crédito, nomeadamente, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- recursos oriundos da compensação financeira (CT-Hidro);

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

- previsão de contrapartidas oriundas de estados e municípios; e,
- eventuais aportes provenientes de agentes privados.

11. Cronograma físico de execução

O Quadro 3 indica o Cronograma Físico de Execução, correspondente ao período de 2008 a 2011.

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

Quadro 1 - Metas e Indicadores da Parte 1

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)	Meta	Indicador
I. Identificação e Avaliação das Interfaces entre as Políticas Públicas Setoriais e dessas com a Política Nacional de Recursos Hídricos	Levantar as políticas dos setores usuários de recursos hídricos e analisar as interfaces entre elas e com a Política de Recursos Hídricos, identificando impactos, incongruências e sinergias, especialmente no que tange a diretrizes, fundamentos, objetivos e instrumentos, até dezembro de 2008.	- Base de dados construída - Matriz elaborada - Relatório consolidado
II. Identificação e avaliação da estrutura organizacional e gerencial dos setores usuários de recursos hídricos, bem como dos respectivos canais de efetiva interlocução, e de suas repercussões sobre os demais setores e sobre a gestão integrada de recursos hídricos	Realizar, até dezembro de 2008, análise institucional dos diversos setores usuários, identificando os canais de interlocução, as repercussões sobre cada setor e sobre a gestão integrada de recursos hídricos.	- Matriz institucional elaborada - Canais de articulação definidos - Relatório de análise institucional consolidado
III. Identificação e avaliação da internalização dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos pelos setores usuários	Avaliar o grau de internalização dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos nas políticas dos setores usuários, bem como elaborar propostas visando incentivar os setores usuários ao planejamento de suas políticas e intervenções, considerando os fundamentos, as diretrizes e os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, até dezembro de 2010.	- Pesquisas entre os usuários realizada - Relatório elaborado
IV. Identificação e avaliação das interfaces entre os planos setoriais, de ordenamento do Território, de desenvolvimento econômico e social, e desses com a Política Nacional de Recursos Hídricos, incluindo os constantes do PPA e do PAC	Identificar e avaliar, as interfaces entre planos, projetos e programas setoriais entre si e com os da área de recursos hídricos, até junho de 2009, com revisões anuais até 2011, incluindo a evolução do aporte financeiro.	- Base de dados sobre planos, programas e projetos construída - Relatório analítico consolidado
V. Identificar e avaliar as interferências de áreas protegidas, terras indígenas e de comunidades tradicionais sobre as atividades dos setores usuários de recursos hídricos	Levantar planos, projetos e programas relacionados às áreas legalmente protegidas, terras indígenas e comunidades tradicionais e avaliar as interferências sobre as atividades dos setores usuários de recursos hídricos, e vice-versa, até dezembro de 2009	- Base de dados sobre planos e programas e projetos construída - Relatório consolidado

Quadro 2 – Preços

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)	Preços (R\$)
I. Identificação e Avaliação das Interfaces entre as Políticas Públicas Setoriais e dessas com a Política Nacional de Recursos Hídricos	150
II. Identificação e avaliação da estrutura organizacional e gerencial dos setores usuários de recursos hídricos, bem como dos respectivos canais de efetiva interlocução, e de suas repercussões sobre os demais setores e sobre a gestão integrada de recursos hídricos	200
III. Identificação e avaliação da internalização dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos pelos setores usuários	200
IV. Identificação e avaliação das interfaces entre os planos setoriais, de ordenamento do Território, de desenvolvimento econômico e social, e desses com a Política Nacional de Recursos Hídricos, incluindo os constantes do PPA e do PAC	400
V. Identificar e avaliar as interferências de áreas protegidas, terras indígenas e de comunidades tradicionais sobre as atividades dos setores usuários de recursos hídricos	300
Total	1.250

Quadro 3 – Cronograma Físico de Execução

Ações elegíveis no curto prazo do PNRH (até 2011)	Ano			
	2008	2009	2010	2011
I. Identificação e Avaliação das Interfaces entre as Políticas Públicas Setoriais e dessas com a Política Nacional de Recursos Hídricos				
II. Identificação e avaliação da estrutura organizacional e gerencial dos setores usuários de recursos hídricos, bem como dos respectivos canais de efetiva interlocução, e de suas repercussões sobre os demais setores e sobre a gestão integrada de recursos hídricos				
III. Identificação e avaliação da internalização dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos pelos setores usuários				
IV. Identificação e avaliação das interfaces entre os planos setoriais, de ordenamento do Território, de desenvolvimento econômico e social, e desses com a Política Nacional de Recursos Hídricos, incluindo os constantes do PPA e do PAC				
V. Identificar e avaliar as interferências de áreas protegidas, terras indígenas e de comunidades tradicionais sobre as atividades dos setores usuários de recursos hídricos				

Componente da Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da GIRH

Programa V: Programa de Articulação Intersectorial, Inter e Intra-institucional da Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma V.2: Compatibilização e Integração de Projetos Setoriais e Incorporação de Diretrizes de Interesse para a GIRH

1. Introdução

O detalhamento operacional do subprograma tem como referência a descrição geral aprovada pelo CNRH e o resultado da oficina de discussão dos programas do PNRH com a câmaras técnicas do CNRH realizada em março de 2007. Como subsídio ao detalhamento do subprograma foram agregados conceitos dispostos no documento “Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos” e realizadas consultas a atores estratégicos do SINGREH e representantes das organizações da sociedade civil e dos setores usuários, bem como considerado o relatório da oficina “Proposta de Articulação dos Planos Estaduais da Região Sul e destes com o Plano Nacional de Recursos Hídricos”.

Em síntese o subprograma agrega ações programáticas, contemplando:

- a proposição de ações concretas, voltadas para a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental, a articulação com o uso e a ocupação do solo, com as políticas de saúde, segurança alimentar e nutricional, entre outras;
- a identificação de formas de articulação endógena (intra-institucional) e da convergência necessária das instituições do MMA, buscando a prática da transversalidade institucional;
- a proposição de formas de estimular as ações de planejamento setorial sob a ótica de uso múltiplo e integrado desde sua etapa inicial;
- a avaliação de formas de se implementar o artigo 52 da Lei no 9.433/1997.

Dados os recortes dos horizontes temporais do PNRH – 2007, 2011, 2015 e 2020, emergencial, curto, médio e longo prazos, respectivamente, foi adotado o horizonte de curto prazo (até 2011) como referência para um maior detalhamento e, para os outros horizontes, são indicadas orientações para detalhamentos futuros, que deverão ser materializadas em cadernos quadrienais, tendo como base os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação do Plano.

2. Contexto e Justificativas

A ampla diversidade de intervenções setoriais que afetam os recursos hídricos pode resultar na duplicidade de iniciativas, em disfunções e incongruências e na incompatibilidade entre políticas públicas, com a conseqüente dispersão de esforços e recursos. Essa falta de sintonia pode ser contornada mediante um subprograma que assuma uma atitude pró-ativa em favor da incorporação de diretrizes transversais concernentes à GIRH, ajustando, integrando e gerando compatibilidade entre ações setoriais relacionadas às temática da água.

As ações desse subprograma extrapolam o limite de meros estudos de identificação, devendo interferir e estabelecer propostas concretas, devidamente pactuadas entre as partes interessadas, em programas e projetos setoriais e de desenvolvimento nacional e regional que apresentem mútua incompatibilidade com metas e objetivos da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), implicando em alterações de escopo, de abordagens ou complementações nas intervenções previstas.

3. Conceitos e Diretrizes

A implementação do presente subprograma tem como referência a observância do princípio da subsidiariedade e o fortalecimento do conceito de federalismo, imprescindíveis para viabilizar a integração dos interesses públicos, na busca da efetiva descentralização da gestão dos recursos hídricos, de forma a superar as dificuldades advindas da dupla dominialidade das águas.

O exercício da gestão descentralizada favorece a formação de pactos e a divisão de responsabilidades para a solução de questões locais, regionais, estaduais e nacionais, além de permitir a consolidação de propostas voltadas para a adoção de medidas para aperfeiçoar a prática da gestão integrada dos recursos hídricos no País.

Além disso, como orientação geral para o desenvolvimento desse subprograma, cabe resgatar os artigos 4º a saber: “Art. 4º. A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.”

Nessa linha, destacam-se os artigos 29, 30 e 31, da Lei 9.433/97, que indicam as ações para os poderes executivos federal, estadual e do Distrito Federal, bem como dos municípios, em suas esferas de competência, visando à promoção da integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e com as políticas de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo.

O documento “Estratégias de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos” ressalta que “a importância estratégica da articulação dos níveis de planejamento de recursos hídricos para a implementação dos programas do PNRH se prende à necessidade central de disseminar não somente as bases conceituais que edificaram o Plano, mas as orientações e diretrizes de cunho estratégico, próprias da dimensão de um Plano Nacional, para as outras esferas do planejamento de recursos hídricos, na busca do planejamento integrado”.

O mencionado documento ressalta a consideração das seguintes premissas para vencer os desafios em concretizar ações que promovam e efetivem a articulação e integração dos diversos níveis de planejamento de recursos hídricos, à luz dos programas e subprogramas do PNRH, quais sejam:

- flexibilidade suficiente para incorporar as disparidades regionais do País, bem como as particularidades do planejamento das Unidades Federadas e da União;
- o lócus da articulação necessária entre os Planos Nacional, Estadual, Distrital e de Bacias deve, preferencialmente, ser as entidades colegiadas do SINGREH, Conselhos e Comitês de Bacia;
- a relevância da articulação e do diálogo entre as entidades outorgantes, da União (ANA) e das Unidades Federadas, e delas com as Agências de Água, dadas as suas atribuições na elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, com vistas a necessária sinergia entre suas ações e o estabelecimento de parcerias.

Relacionados à temática abordada nesse subprograma e, tendo em conta os cenários sobre os recursos hídricos no Brasil para 2020, incluem-se entre as incertezas críticas a matriz energética, em especial a construção de novas usinas hidrelétricas; o saneamento ambiental e a institucionalização da gestão integrada de recursos hídricos.

Dentre as invariâncias discriminadas nos elementos para a construção de uma estratégia robusta, incluem-se o crescimento dos problemas de saneamento ambiental; a expansão das atividades rurais, particularmente da irrigação; e a continuidade da implementação de hidrelétricas, em qualquer cenário.

4. Objetivos

O objetivo geral do subprograma V.2 é assumir uma atitude pró-ativa, no sentido de adequar e/ou complementar programas e projetos setoriais, com vistas ao seu mútuo ajuste e compatibilidade frente às diretrizes transversais traçadas pela área de recursos hídricos.

Os objetivos específicos que deverão orientar a estrutura do subprograma são os seguintes:

- a) promover formas de integração e compatibilização da Política Nacional de Recursos Hídricos com as políticas setoriais, públicas e privadas no âmbito federal, estadual e municipal;
- b) propor e estimular modelos e formas de integração e articulação entre os planos, programas e projetos setoriais com os planos, programas e projetos de recursos hídricos, em âmbito federal, estadual e municipal;
- c) propor modelos organizacionais e formas de articulação institucional que possibilitem uma efetiva integração entre o SINGREH e sistemas afins, privilegiando os espaços colegiados previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos;
- d) estabelecer estratégias de integração entre Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Meio Ambiente e demais sistemas.

5. Descrição e Ações Previstas

As atividades a serem desenvolvidas no âmbito desse subprograma decorrem dos resultados iniciais do subprograma V.1 e de estudos estratégicos desenvolvidos no âmbito do subprograma I.2. Ressalta-se, ainda, a necessidade de integração com programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos em que a articulação intersetorial, inter e intra institucional se façam presentes, tais como os Programas II, III, VI e

VII, ademais da dependência do programa IV.

Para a consecução dos objetivos é apresentado um conjunto de ações gerais para compor o subprograma e um conjunto de ações específicas, diretamente relacionadas aos objetivos específicos. Essas ações específicas estão subdivididas em duas partes principais, relacionadas aos horizontes temporais de implementação do PNRH.

5.1 Ações Gerais

Para o bom desempenho do subprograma, deverão ser desencadeadas as seguintes ações gerais:

- fortalecimento institucional sistemático dos órgãos formuladores de implementação das políticas de recursos hídricos com vistas ao exercício de suas competências legais (o desenvolvimento dessa ação é objeto de detalhamento nos Subprogramas II.1 e II.2);
- capacitação institucional dos órgãos gestores responsáveis pela implementação da política de recursos hídricos e dos setores usuários, por intermédio da ampliação do quadro funcional qualificado, em articulação com as ações do Programa IV.

5.2 – Parte 1 - Ações Específicas Elegíveis no Curto Prazo do PNRH (até 2001)

Apresentam-se, em seqüência, as ações a serem desenvolvidas no curto prazo, até o ano de 2001, no âmbito do subprograma V.1.

5.2.1. Construção de uma agenda específica de trabalho

Para as articulações e integrações previstas no contexto desse subprograma deverá ser construída uma agenda de trabalho envolvendo os responsáveis e tomadores de decisão dos setores intervenientes e supervenientes à temática de recursos hídricos. Para tanto, deverão ser consideradas as vertentes pública e privada.

A vertente pública deverá contar com a participação efetiva do Ministério do Planejamento e a vertente privada deverá envolver instituições representativas dos setores usuários da água, tais como federações das indústrias, da agricultura, entre outras instituições do gênero. Para o desenvolvimento dessa ação são propostas as seguintes atividades:

- reuniões com os responsáveis pela implementação das políticas supervenientes e intervenientes à temática de recursos hídricos
- essas reuniões, realizadas entre os efetivos tomadores de decisão, têm o objetivo de estabelecer agendas de trabalho, visando ao estabelecimento de proposições, devidamente acordadas, a respeito de princípios, diretrizes, mecanismos e estratégias de articulação e integração entre as políticas, planos e programas de recursos hídricos e as políticas, planos e programas setoriais, públicos e privados, no âmbito federal, estadual e municipal.
- além de reuniões com representantes do poder público, cabem reuniões com organizações de usuários privados. É desejável que esses tomadores de decisão se comprometam a indicar respectivos representantes para participar do desenvolvimento das propostas mencionadas.
- estabelecimento dos espaços institucionais para discussão das proposições efetuadas e contratação de consultoria especializada

Essa atividade diz respeito à definição dos lócus para discussão e construção conjunta das proposições efetuadas. Prevê-se a criação de câmaras temporárias de negociação, que deverão contar com o suporte de consultoria especializada, cujo trabalho estará voltado para o desenvolvimento das proposições tratadas nos itens que se seguem.

Para o caso das proposições de articulação e integração no âmbito dos planos de recursos hídricos, nacional, estadual e de bacias hidrográficas as entidades colegiadas do SINGREH, Conselhos e Comitês de Bacia, devem, preferencialmente, ser o lócus dessa articulação, haja vista a importância desses espaços institucionais na efetivação do processo de participação social.

Ressalta-se, ainda, a relevância da articulação e do diálogo entre as entidades outorgantes, da União (ANA) e das Unidades Federadas, e delas com as Agências de Água, dadas as suas atribuições na elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, com vistas a necessária sinergia entre suas ações e o estabelecimento de parcerias.

5.2.2 Proposição de princípios, diretrizes, mecanismos e estratégias de articulação e integração entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e as políticas setoriais, públicas e privadas, no âmbito federal, estadual e municipal

Essa ação deverá ser realizada após os resultados das análises das interfaces entre as políticas setoriais e dessas com a Política Nacional de Recursos Hídricos, com a identificação de eventuais impactos, incongruências, bem como de sinergias já existentes e potenciais, especialmente no que tange a diretrizes, fundamentos, objetivos e instrumento, desenvolvidas no contexto do Subprograma V.1.

Está especialmente voltada para o alcance do objetivo específico a), “integrar e compatibilizar a Política Nacional de Recursos Hídricos com as políticas setoriais, públicas e privadas, no âmbito federal, estadual e municipal” e pressupõe, pelo menos, o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Reuniões das câmaras temporárias de negociação
As câmaras deverão estabelecer um plano de trabalho que inclua a análise e definição das proposições efetuadas. A primeira atividade dessas câmaras, após a aprovação do seu plano de trabalho, será o estabelecimento de premissas que constarão das citadas proposições, fornecendo, assim, subsídios ao seu desenvolvimento.
- Proposição de ajustes e interações de forma que os princípios, diretrizes, fundamentos e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos sejam incorporados nas políticas setoriais nacionais, regionais, estaduais e municipais, públicas e privadas, que possuam interação com a área de recursos hídricos
Resultado do trabalho de contratação de consultoria especializada, as proposições previstas nessa atividade deverão levar em conta os resultados das análises das interfaces entre as políticas setoriais e dessas com a Política Nacional de Recursos Hídricos, desenvolvidas no contexto do Subprograma V.1, ademais das premissas estabelecidas pelas câmaras de negociação.
É relevante que os mecanismos de articulação e integração sejam potencializados pela via das sinergias identificadas, cabendo, nesse contexto, considerar a articulação entre os instrumentos das políticas em referência, sejam elas supervenientes como a de desenvolvimento regional, a de uso e ocupação do solo, saúde, segurança alimentar e nutricional; sejam setoriais intervenientes, como energia, saneamento, indústria, transporte hidroviário, mineração, atividades agropecuárias, turismo e lazer, entre outras.
Deverão ser estabelecidas proposições de ajustes para as eventuais incongruências e impactos identificados nas políticas existentes.
Ainda no contexto dessa ação, e em articulação com o subprograma II.3, relativo à Adequação, Complementação e Convergência do Marco Legal e Institucional, deverão ser avaliadas as formas de implementar o disposto no artigo 52 da Lei nº 9.433/97.
- Consolidação de pactos e implementação das proposições efetuadas
As proposições efetuadas serão implementadas após serem submetidas à análise das câmaras de negociação e após a consolidação de pactos com os responsáveis pela implementação das políticas supervenientes e intervenientes à temática de recursos hídricos.

5.2.3 Proposição de modelos e formas de integração e articulação entre os planos, programas e projetos setoriais com os planos, programas e projetos de recursos hídricos, em âmbito federal, estadual e municipal

Essa ação, relacionada ao alcance do objetivo específico b), extrapola o limite de estudos de identificação, interferindo de modo pró-ativo em programas e projetos setoriais e de desenvolvimento nacional e regional, que apresentem mútua incompatibilidade com metas e objetivos da GIRH, implicando em alterações de escopo, de abordagens ou complementações.

Para o desenvolvimento dessa ação serão considerados os resultados dos estudos de identificação e avaliação das interfaces entre os planos setoriais, de ordenamento do Território, de desenvolvimento econômico e social, e desses com a Política Nacional de Recursos Hídricos, incluindo os constantes do PPA e do PAC, realizados no subprograma V.1.

As câmaras temporárias de negociação, descritas no item 5.2.2, também serão participantes do desenvolvimento desse subprograma. Em seguida apresentam-se as atividades mínimas previstas de serem desenvolvidas.

- Reuniões das câmaras temporárias de negociação
Também no âmbito dessa ação, as câmaras deverão estabelecer um plano de trabalho específico. A primeira atividade dessas câmaras, após a aprovação do citado plano de

trabalho, será o estabelecimento de premissas que subsidiarão a definição das proposições.

- proposição de alterações de escopo, de abordagens ou complementações, de forma que os planos, programas e projetos setoriais sejam integrados e articulados aos planos, programas e projetos de recursos hídricos, em âmbito federal, estadual e municipal

Resultado do trabalho de contratação de consultoria especializada, as proposições previstas nessa atividade deverão levar em conta os resultados das análises das interfaces entre os planos e programas, desenvolvidas no contexto do Subprograma V.1, além das premissas estabelecidas pelas câmaras de negociação.

Deverão ser estabelecidas proposições de alterações de escopo, abordagens ou complementações nos planos e programas, conforme as eventuais incongruências identificadas nos planos e programas considerados.

- proposição de modelos e formas de articulação e integração
A articulação e a integração entre os planos e programas deverão ser potencializadas por meio das interfaces identificadas, cabendo, nesse contexto, a proposição de diretrizes gerais, a serem pactuadas, para a construção de novos planos e programas.
Deverão, ainda, ser promovidos incentivos e estímulos para que as ações de planejamento setorial incorporem a ótica de uso múltiplo e integrado desde sua etapa inicial. Demais disso, deve ser estimulado o uso das informações do SNIRH para a construção dos programas setoriais.
- - consolidação de pactos e implementação das proposições efetuadas
As proposições efetuadas serão implementadas após serem submetidas à análise das câmaras de negociação e após a consolidação de pactos com os responsáveis pela implementação dos planos e programas correlatos à temática dos recursos hídricos.

5.2.4. Proposição de modelos e formas de articulação entre os arranjos organizacionais dos setores usuários com o SINGREH

No contexto dessa ação, articulada ao alcance do objetivo específico c), deverão ser indicadas medidas para minimizar conflitos e fortalecer as alianças identificadas no arranjo organizacional relacionado aos setores usuários dos recursos hídricos, visando à gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH).

Deverão se propostos modelos para a integração do SINGREH com os demais sistemas nacionais de gerenciamento, visando garantir a implementação da Política de Recursos Hídricos como instrumento transversal às demais políticas de desenvolvimento.

5.2.5 Proposição de modelos e formas de integração e articulação entre os planos de recursos hídricos das Unidades Federadas, Planos de Bacia e o Plano Nacional de Recursos Hídricos

As proposições efetuadas no contexto dessa ação deverão nortear os procedimentos das entidades da União que atuam na implementação do PNRH, SRH e ANA, “sempre levando em conta a independência das Unidades Federadas na elaboração de seus Planos de Recursos Hídricos, assim como a relação direta dos Comitês com os Planos de Bacias Hidrográficas”. Essa ação se relaciona ao alcance do objetivo específico b) e, para tanto, propõe-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Definição de pactos via o detalhamento e a implementação de Programas do PNRH
A observância das macrodiretrizes do PNRH apontam para essa articulação e integração, assim como os programas e subprogramas associados. Como exemplo cita-se o Subprograma III.6 - Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento de Corpos Hídricos em Classes de Uso, cuja macro-diretriz está fortemente relacionada à temática da articulação entre os instrumentos de planejamento de recursos hídricos.
- Consideração das diretrizes do PNRH
Essa atividade pressupõe o desenvolvimento de propostas de articulação e integração entre os planos de recursos hídricos, guardadas as diferenças de enfoque e de abrangência.
- Possibilidade de utilização dos conceitos e da metodologia adotados para a construção do PNRH
No contexto dessa atividade serão detalhadas proposições para utilização dos conceitos e da metodologia adotados para a construção do PNRH, devidamente adaptados. Para tanto, propõe-se a assinatura de termos de cooperação técnica entre as instituições da União (ANA e SRH) com as entidades estaduais e com os organismos de bacia.
- Possibilidade de utilização das bases de informações do PNRH e sua melhoria por parte das

Unidades Federada

Dado que essas bases podem apresentar uma contribuição a ser trabalhada e qualificada pelos estados e pelo Distrito Federal, no desenvolvimento de seus planos e estudos regionais, é possível criar a oportunidade de se estabelecer um canal de duas vias, por meio do qual as informações do Sistema de Informações do PNRH sejam atualizadas e qualificadas com as contribuições advindas das Unidades Federadas.

- consolidação de pactos e implementação das proposições efetuadas
As proposições efetuadas serão implementadas após serem submetidas à análise e apreciação por parte dos entes colegiados do SINGREH e após a consolidação dos pactos a serem firmados.

5.2.6 Integração da Política Nacional de Recursos Hídricos e a de Meio Ambiente

No que tange a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, cabe notar que as diretrizes gerais de ação contidas na Lei 9.433/97 apontam para essa necessidade, o que fica especialmente evidenciada nas diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos, embora, na prática, observa-se que essa questão ainda careça de efetivação em todo o País. Para tanto, no contexto dessa ação, que se relaciona ao objetivo específico d), são propostas as seguintes atividades:

- Integração dos instrumentos de planejamento
É importante fazer referência à relevância dos Planos de Recursos Hídricos como instrumentos indutores da integração da gestão ambiental e a de recursos hídricos. O artigo 7º da Lei 9.433/97 que dispõe sobre o conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos pressupõe, entre outras questões, o estabelecimento de metas de racionalização de uso visando à melhoria da qualidade das águas, assim como a delimitação de áreas sujeitas a restrições de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos (incisos IV e X).
Nesse sentido, no âmbito dessa atividade, deverão ser propostas diretrizes metodológicas gerais a serem consideradas na realização dos planos de recursos hídricos, visando ao atendimento aos incisos IV e X mencionados, respeitadas a abrangência dos planos de recursos hídricos (nacional, estadual e bacia hidrográfica), assim como as especificidades regionais.
Em adição, cabe incentivar a inserção continuada de diretrizes de interesse da GIRH nos debates relacionados aos estudos de Avaliação Ambiental Estratégica e Avaliação Ambiental Integrada, em consonância com os Planos de Recursos Hídricos.
Nesse sentido, acrescente-se a aplicação potencial de instrumentos como os planos de recursos hídricos e as avaliações ambientais estratégicas, que podem oferecer importantes subsídios aos processos de concessão de outorgas de direitos de uso da água e de licenciamento ambiental de empreendimentos.
Em articulação com o subprograma III.6, ressalta-se a relevância do enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes, como instrumento que favorece a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.
- Integração dos instrumentos autorizativos
Essa atividade pressupõe a continuidade das ações em andamento, voltadas para a integração dos processos autorizativos a que um empreendimento está submetido como o licenciamento ambiental, a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos e a autorização de exploração florestal. Pressupõe a concepção de uma estrutura gerencial que permita a entrada de um único processo por parte do empreendedor, tramitando concomitantemente nas diversas entidades do sistema de meio ambiente e de recursos hídricos, de forma que o empreendedor obtenha, em conjunto, a resposta relativa aos pleitos efetuados.
O funcionamento dessa estrutura gerencial tem o objetivo de minimizar as despesas e os custos referentes à regularização dos empreendimentos, de conferir uma análise mais ampla e articulada dos processos, de diminuir os prazos de análise, de facilitar a entrada e o acompanhamento dos processos tanto pelo empreendedor quanto pela sociedade em geral. Para tanto, é necessário implantar um sistema integrado de informações, georreferenciado, com atendimento virtual, via web, a ser utilizado como ferramenta de apoio à decisão por parte dos analistas e que possua uma vertente interativa com o usuário externo. Essa experiência tendo sido adotada em alguns Estados, como Minas Gerais, onde se encontra em funcionamento o Sistema Integrado de Informações Ambientais (SIAM).
- Elaboração de deliberações conjuntas
No escopo dessa atividade deverão ser propostos mecanismos, por parte do CNRH e CONAMA, de forma a definir e institucionalizar as temáticas a serem alvo de deliberações

conjuntas por esses Conselhos, em matérias de interesse comum às duas agendas, como forma concreta de efetivar as necessidades técnicas, gerenciais, políticas e legais de integração.

5.3 – Parte 2 - Ações Específicas Elegíveis no Médio e Longo Prazos do PNRH (2015, 2020)

Para os horizontes temporais de médio e longo prazos (2015 e 2020), as orientações para detalhamentos futuros deverão ser materializadas em cadernos quadrienais, tendo como base os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação do Plano, por ocasião de execução das ações de 5.2.1 a 5.2.6 da Parte 1. Assim, são propostas as seguintes ações:

- Avaliação sistemática da implementação das proposições efetuadas no contexto deste subprograma e propostas de aprimoramento, se necessárias;
- Elaboração de relatório executivo, ao final de cada ano de execução do subprograma, que deverá indicar ações mais imediatas, revisões de trajetória e o planejamento do ano subsequente;
- Consolidação dos resultados em cadernos quadrienais, indicando os avanços alcançados com a implementação do subprograma, sempre tendo em vista os objetivos definidos, bem como as necessidades de revisões mais profundas.

6. Área de Abrangência e Beneficiários

A abrangência envolve todos os ministérios, secretarias e agências federais com interfaces e investimentos que afetam os recursos hídricos, todos sujeitos às possíveis demandas, conduzidas pelo MMA, para ajustes de escopo e compatibilização com as diretrizes e os conceitos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em casos mais específicos, poderão também ser empreendidas demandas para a esfera dos Estados e, seletivamente, para os Municípios.

Os benefícios serão advindos da supressão de duplicidades e mútuas inconsistências, como também do ganho de sinergia e complementaridade entre investimentos setoriais.

Os principais beneficiários são o SINGREH, o SISNAMA, os sistemas estaduais e do Distrito Federal de gerenciamento de recursos hídricos, os usuários da água.

7. Metas

Conforme Quadro 1

8. Indicadores de Monitoramento e Avaliação

Conforme Quadro 1

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

AÇÃO/ATIVIDADES	META	INDICADOR
Construção de uma agenda específica de trabalho 5. reuniões com os responsáveis pela implementação das políticas supervenientes e intervenientes à temática de recursos hídricos 6. estabelecimento dos espaços institucionais para discussão das proposições efetuadas e contratação de consultoria especializada	Estabelecer um plano de trabalho, devidamente pactuado, envolvendo os responsáveis e tomadores de decisão da área de recursos hídricos, bem como dos setores intervenientes e supervenientes à temática da água, até dezembro de 2008	- Agenda de trabalho definida e pactuada - Espaços institucionais para discussão das proposições definido - Plano de trabalho pactuado.
Proposição de princípios, diretrizes, mecanismos e estratégias de articulação e integração entre a Política Nacional de Recursos Hídricos e as políticas setoriais, públicas e privadas, no âmbito federal, estadual e municipal 5 reuniões das câmaras temporárias de negociação 6 proposição de ajustes e interações de forma que os princípios, diretrizes, fundamentos e objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos sejam incorporados nas políticas setoriais nacionais, regionais, estaduais e municipais, públicas e privadas, que possuam interação com a área de recursos hídricos 7 consolidação de pactos e implementação das proposições efetuadas	Desenvolver e iniciar a implementação, até junho de 2010, de propostas visando à articulação e a integração da Política Nacional de Recursos Hídricos e as políticas setoriais, públicas e privadas, no âmbito federal, estadual e municipal	- Câmaras temporárias de negociação em funcionamento regular - Relatório contendo proposições de ajustes e interações consolidado - Pactos firmados para implementação das proposições efetuadas - Políticas setoriais concebidas e ajustadas, levando em conta as proposições efetuadas
Proposição de modelos e formas de integração e articulação entre os planos, programas e projetos setoriais com os planos, programas e projetos de recursos hídricos, em		- Reuniões das câmaras temporárias de negociação realizadas - Relatório contendo proposições de alterações de escopo, de abordagens ou complementações para os planos e programas existentes. O relatório ainda conterà

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

AÇÃO/ATIVIDADES	META	INDICADOR
âmbito federal, estadual e municipal 8 reuniões das câmaras temporárias de negociação 9 proposição de alterações de escopo, de abordagens ou complementações, de forma que os planos, programas e projetos setoriais sejam integrados e articulados aos planos, programas e projetos de recursos hídricos, em âmbito federal, estadual e municipal 10 proposição de modelos e formas de articulação e integração 11 consolidação de pactos e implementação das proposições efetuadas	Desenvolver e iniciar a implementação, até dezembro de 2011, de propostas visando à integração e à articulação entre os planos, programas e projetos setoriais com os planos, programas e projetos de recursos hídricos, em âmbito federal, estadual e municipal	as proposições de modelos e formas de articulação e integração para planos e programas a serem concebidos. - Pactos firmados para implementação das proposições efetuadas - Planos e programas alterados, concebidos e elaborados considerando as proposições efetuadas
Proposição de modelos e formas de articulação entre os arranjos organizacionais dos setores usuários com o SINGREH	Indicar medidas para minimizar conflitos e fortalecer as alianças identificadas no arranjo organizacional relacionado aos setores usuários dos recursos hídricos, visando à gestão integrada dos recursos hídricos (GIRH), até junho de 2011	- Relatório contendo proposições de modelos e formas de articulação entre os arranjos organizacionais dos setores usuários e o SINGREH - Proposições pactuadas
Proposição de modelos e formas de integração e articulação entre os planos de recursos hídricos das Unidades Federadas, Planos de Bacia e o Plano Nacional de Recursos Hídricos <ul style="list-style-type: none"> definição de pactos via o detalhamento e a implementação de Programas do PNRH consideração das diretrizes do PNRH possibilidade de utilização dos conceitos e da metodologia adotados para a construção do PNRH possibilidade de utilização das bases de informações do PNRH e sua melhoria por parte das Unidades 	Desenvolver e iniciar a implementação de propostas, até dezembro de 2009, visando integrar e articular os diversos níveis de planejamento no campo dos recursos hídricos	- Relatório consolidado das propostas de articulação e integração efetuadas - Proposições pactuadas no âmbito dos colegiados do SINGREH - Planos de recursos hídricos concebidos e elaborados tendo como base as propostas de articulação e integração efetuadas

MINUTA VERSÃO 10/10/2007

AÇÃO/ATIVIDADES	META	INDICADOR
<p>Federada</p> <ul style="list-style-type: none"> consolidação de pactos e implementação das proposições efetuadas 		
<p>Integração da Política Nacional de Recursos Hídricos e a de Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> integração dos instrumentos de planejamento integração dos instrumentos autorizativos elaboração de deliberações conjuntas 	<p>Promover a integração da gestão ambiental com a gestão de recursos hídricos, conforme as diretrizes gerais de ação descritas na Lei 9.433/97, até dezembro de 2009</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação e integração das deliberações CONAMA e CNRH - Grau de integração dos processos autorizativos - Instrumentos e ações de planejamento dos dois sistemas integrados

9. Executores E Intervenientes

Áreas afins do MMA e SRHU/MMA como executores, com suporte técnico da ANA, tendo os estados, municípios, comitês de bacia e agências de água como parceiros.

A implantação desse subprograma deverá privilegiar os espaços de participação e de concertação previstos na estrutura do SINGREH, a saber, Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica, sem desconsiderar a necessária interlocução com as esferas de tomada de decisão das políticas setoriais e demais políticas transversais.

Destaca-se, ainda, a importância do fortalecimento institucional dos órgãos formuladores da política e responsáveis pela implantação da gestão de recursos hídricos para que se possam alcançar os objetivos pretendidos, apoiados na capacitação, comunicação e desenvolvimento científico e tecnológico.

10. Preços, Fontes de Recursos e Operacionalização dos Investimentos

A Agência Nacional de Águas e o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos são os principais órgãos federais com competências relacionadas à gestão dos recursos hídricos, bem como a conservação, recuperação e uso racional da água, contemplando os principais programas e ações do governo federal voltados à gestão desses recursos. É imperativo, portanto, que parte dos recursos destinados a estes órgãos considerem as ações previstas neste Subprograma.

Os preços constam do Quadro 2 e as fontes podem ser, dentre outras, as seguintes:

- recursos fiscais previstos nos orçamentos do MMA, SRHU e ANA;
- recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- recursos fiscais explicitamente previstos nos orçamentos de órgãos representativos de setores usuários;
- aportes oriundos de tarifas setoriais de prestação de serviços, destinadas a apoiar ações e atividades do Plano;
- recursos a serem captados mediante operações junto a organismos bilaterais e multilaterais de crédito;
- linhas de financiamento a serem estabelecidas junto a órgãos governamentais de crédito, nomeadamente, Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- recursos oriundos da compensação financeira (CT-Hidro);
- previsão de contrapartidas oriundas de estados e municípios; e,
- eventuais aportes provenientes de agentes privados.

A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambientes Urbanos, como ente formulador da política de recursos hídricos no âmbito da União será responsável pela manutenção e operacionalização dos trabalhos executados, articulações realizadas e estudos efetuados; por meio de convênios e/ou prestação de serviços - consultorias.

11. Cronograma Físico de Execução

A Figura 1 indica o Cronograma físico de execução, correspondente ao período de 2008 a 2011.